

APRESENTAÇÃO

Introdução: 40 anos de uma agenda de pesquisa

Ernesto Seidl¹
Raúl Burgos²
Julian Borba³

Para Paulo José Krischke (*in memoriam*) e Ilse Scherer-Warren

Este dossiê de *Política & Sociedade* foi pensado como uma forma de celebração dos 40 anos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da UFSC. Ele é parte de um conjunto de atividades mais cotidianas de discussão de pesquisas que os integrantes do Núcleo vêm realizando em diferentes frentes. Cremos que os cinco artigos que o compõem são bastante representativos da afirmação renovada de uma agenda em torno da temática das formas de mobilização política no Brasil. E que a diversidade de enfoques, de formação e de geração das pesquisadoras e dos pesquisadores participantes é indício de sua vitalidade.

1 Doutor em ciência Política (UFRGS). Professor do Departamento de Sociologia e Ciéncia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenador do NPMS/UFSC. Email: ernestoseidl@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1099-6206>

2 Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor do Departamento de Sociologia e Ciéncia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do NPMS/UFSC. Email: raul.ufsc@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7482-1416>

3 Doutor em Ciéncia Política (UFRGS). Professor do Departamento de Sociologia e Ciéncia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do NPMS/UFSC. Email: borabajulian@yahoo.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-0149-6533>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Não nos parece ser o caso de relembrar com minúcias, nesta introdução, o papel do NPMS no processo de construção do campo de estudos dos movimentos sociais no Brasil. Isso é feito com maior precisão e, sobretudo, autoridade pela colega Maria da Glória da Gohn em rico texto que abre o dossiê. Cabe lembrar que, ao lado de Ilse Scherer-Warren – fundadora do NPMS em 1983 e sua coordenadora até 2015 –, Maria da Glória foi outra personagem central no desenvolvimento de um campo de estudos que acabou por se firmar como um dos mais sólidos da Sociologia brasileira. Contemporânea de Ilse, ambas compartilham em seus itinerários a marca de uma formação e início de carreira sob o regime militar.

A história do NPMS abrange quatro décadas muito ricas e também complexas da história do país. Pensamos que seja útil, para nosso propósito, nesta introdução valer-nos do conceito de *projeto político*, utilizado por Dagnino, Oliveira e Panfichi (2006), para pensar as clivagens das lutas no período em torno de três projetos: o projeto *autoritário*, o projeto *neoliberal* e o projeto *democrático-participativo*.

A primeira década do NPMS (1983-1993) foi pautada por um período de lutas intensas dirigidas à derrota da ditadura e a seu projeto autoritário no Brasil. Como sabido, o contexto político de repressão e de transição democrática no Brasil e na América Latina foi determinante para o contorno que os estudos sobre participação política e mobilização social ganharia na região. Estes se caracterizavam por uma atenção especial aos discursos, às reivindicações e às demandas que permitiriam captar o significado político e social de diferentes movimentos urbanos e rurais (GOIRAND, 2009, p. 326) de que emergiram a partir da década de 1970. O texto de Gohn recupera como o NPMS deu suporte institucional a pesquisas nessa linhagem que vinham se desenvolvendo há mais anos. Indício importante disso é a publicação, em 1987, da coletânea “Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina”, organizada por Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke. Este livro praticamente inaugurou no Brasil um campo de pesquisas em torno de novos movimentos sociais que nasciam com os processos de redemocratização em toda a região.

Um dos principais resultados das lutas nesse período foi a inclusão na Constituição de 1988 de certos elementos que poderiam favorecer o início

de processos de caráter participativo. Os movimentos políticos e sociais nas novas condições tiveram que fazer esforços colossais para forçar a abertura dos processos participativos a partir destas *sementes*. Naquele contexto, as condições específicas de constituição e prática das Ciências Sociais são bastante evidenciadas pela demarcação de uma agenda e de um vocabulário científicos. Não apenas os estudos sobre movimentos sociais, mas também outros mais ligados à Ciência Política tiveram como orientação comum a preocupação com questões gerais que marcaram com força quantidade muito grande de pesquisadores e instituições. A grande questão da *democracia e da participação* permitiu que uma gama sortida de estudos – mais ou menos circunscritos, mais ou menos empíricos, teóricos ou ensaísticos – tivesse impulso e ganhasse corpo ao longo das décadas seguintes.

A perspectiva de que novos movimentos coletivos eram criados ou ganhavam tração no período de transição democrática deu assim vitalidade a estudos interessados na sociedade civil, termo que abrigava quase tudo aquilo que excluísse a esfera do Estado.

A segunda década (1993-2003) foi marcada precisamente pelo impacto no Brasil do projeto *neoliberal* e pela utilização enviesada do conceito de sociedade civil por parte daquele projeto. Essa mobilização se orientou à celebração do “mercado” e à legitimação de processos de privatização de empresas públicas, assim como à criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o gerenciamento de políticas sociais e outras medidas destinadas a *diminuir o Estado*.

Por outro lado, esse conceito de Sociedade Civil se ancorava numa abstração da separação entre sociedade civil e Estado, marcada pela radical cisão sistêmica de Habermas entre sociedade civil, Estado e Mercado, extremamente influente na época no Brasil e no mundo. Esta perspectiva alcançaria seus limites teóricos e empíricos na década seguinte, mas apenas encontrou uma superação *persistente* no âmbito dos estudos sobre Movimentos Sociais na década dos anos 2010, como mostra o artigo de Euzeneia Carlos neste dossiê. Dizemos “persistente” porque alguns pesquisadores dos movimentos sociais, como Evelina Dagnino, já haviam sugerido os limites da abordagem ainda nos anos 1990. Essa segunda década terminou com a crise política do projeto neoliberal, fenômeno que levou,

na década seguinte, à primeira onda de governos de esquerda na América Latina, o Brasil incluído.

A terceira década (2003-2013) caracterizou-se pelo desenvolvimento do *projeto democrático-participativo* como projeto de Estado no Brasil. O ciclo de governos controlados pelo Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003, deu espaço à explosão de *processos participativos* como as conferências, os conselhos gestores de políticas públicas, a expansão dos *orçamentos participativos* e a emergência do *planejamento participativo* nos processos de elaboração de planos diretores em mais de 2000 cidades do país.

Obviamente ocorreram altos e baixos em relação aos movimentos sociais durante a década em que se desenvolveu o projeto democrático-participativo: apenas como expoentes importantes no lado dos “altos” citamos o estabelecimento da *lei de cotas* para o ingresso dos setores marginalizados à universidade pública, assim como toda a institucionalidade participativa (conferências, conselhos, orçamento participativo, planejamento participativo). Pelo lado dos “baixos”, que nos ajudam a compreender, entre outras coisas, o processo de “crise deste projeto”, podemos mencionar: o intenso trânsito entre atores da sociedade em direção a cargos governamentais, que em muitos espaços produziu certo esvaziamento das esferas de articulação e mobilização dos atores da sociedade civil; a perda de relevância de algumas instituições participativas, em especial, os Orçamentos Participativos. Um esforço muito rico de compreensão do fenômeno participativo ou participação fomentado no período pode ser encontrado na coletânea organizada pelos antropólogos José Leite Lopes e Beatriz Heredia (2014). Entre muitos aspectos abordados por amplo grupo de pesquisadores, chamamos atenção para o foco na relação entre movimentos sociais e a construção de novas (ou reatualizadas) questões públicas.

A quarta década do NPMS (2013-2023) começou com as polêmicas *jornadas de junho*, a crise do projeto democrático-participativo e a subsequente reemergência do projeto autoritário. A crise do projeto democrático-participativo teve um ponto letal na derrubada da presidente Dilma Rousseff. Parte da bibliografia caracteriza este processo como uma manobra institucional legítima; outra parte, também expressiva, o caracteriza como um nítido *golpe de Estado*, situado nos marcos de um processo

internacional de transição hegemônica marcado por guerras híbridas, movimentos de mudança de regime (ou “revoluções coloridas”), pelo qual o Brasil não passou ileso. Esta complexa disputa de interpretações sobre a derrubada da Presidenta Dilma, que está longe de algum consenso, caracteriza, de modo exemplar, a dramaticidade do período mencionado.

No artigo de Lígia Lüchmann, Luana do Rocio Taborda e Márcia Inês Schaefer, encontra-se uma tentativa de expor essa longa história do NPMS a partir da produção de seus participantes nesse rico trajeto. Partindo de uma síntese da história da produção do núcleo realizada por ocasião da comemoração dos 30 anos do NPMS, o artigo se concentra sobretudo na última década. Um período que, ao contrário das três décadas anteriores, que apresentavam certa perspectiva otimista para a participação política e democrática, se mostra como uma etapa algo traumática para a trajetória dos movimentos sociais e para a participação sócio-política. Não é por acaso que Maria da Glória Gohn se detém particularmente na caracterização deste período, inaugurado com a explosão das novas mobilizações que caracterizaram *junho de 2013*, e nas disputas sobre o significado de *junho* no âmbito dos setores progressistas.

O artigo de Marcelo Kunrath Silva, por sua vez, enfoca justamente uma dessas novas vertentes do movimento social que caracterizam aquela década turbulenta: movimentos de cunho religioso que, de modo similar à participação do progressismo católico na transição da ditadura, promovem a participação intensa de uma nova militância religiosa – porém, de matriz conservadora – oriunda de movimentos religiosos evangélicos, de suas instituições e dirigentes. Esta emergência e participação ativa de setores religiosos se dá, como demonstra o artigo, como *reação conservadora* a uma série de transformações conhecidas nas duas décadas anteriores, sobretudo a ampliação de direitos associada a pautas de movimentos progressistas consolidados, sobretudo os feministas, negros e LGBTQIA+.

Este conjunto de novas manifestações constitui uma teia de enorme complexidade do processo político, da qual estamos apenas começando a desenredar o novelo. É nessa linha que se inscreve o trabalho de Carla Almeida, Carla Martelli, Ricardo Fabrino Mendonça e Claudia Feres Faria. O estudo enfoca, com perspicácia, parte das novas complexidades

de processos políticos participativos em condições de questionamento e reafirmação dos processos liberal-democráticos da sociedade brasileira. Tratando de diferentes experiências de participação na elaboração de políticas públicas e na resolução de conflitos, o artigo mostra as possibilidades e os limites da participação democrática, as potencialidades de sua ampliação e os perigos das tentações de limitar os efeitos da participação democrática popular.

A pesquisa indica que essa ampliação *democrático-participativa* foi uma das grandes tentativas do governo da Presidenta Dilma Rousseff com a o Decreto 8.423, de maio de 2014, que instituía a *Política Nacional de Participação Social* (PNPS) e o *Sistema Nacional de Participação Social* (derrogado em 2019). O objetivo explícito daquela política era institucionalizar um conjunto de instrumentos de participação que tinham sido ensaiados desde a saída da ditadura. Entre eles, a dinâmica dos conselhos das conferências, o orçamento participativo e o planejamento participativo. Em consulta com diversas vozes dos movimentos sociais, com dirigentes e estudiosos da área da participação, projetava-se que esse enquadramento institucional pudesse levar à constituição de uma República ao mesmo tempo *representativa* e *participativa*, capaz de alterar parte dos fundamentos do Estado brasileiro numa direção de radicalização democrática.

É justamente sobre essas novas complexidades do Estado que se debruça o artigo de Euzeneia Carlos, mostrando como, na dinâmica entre os movimentos sociais e os agentes estatais, se desenha uma compreensão das relações que excede a separação estanque entre Estado e Sociedade Civil e se identifica uma intensa interação. A autora demonstra como a perspectiva da separação que marcou a Teoria dos Movimentos Sociais na década de 1990 – que nos 2000 começa a não abranger os novos fenômenos e exige uma perspectiva de interrelação e entrelaçamento – abre espaço a uma compreensão que se aproxima, embora de uma perspectiva diferente da autora, àquela que Antonio Gramsci, nos marcos da teoria da hegemonia, estudava sob o conceito de *Estado integral* ou estado ampliado, tema tratado explicitamente na produção do NPMS, como apontado no trabalho de Lüchmann, Taborda e Schaefer.

A partir destas perspectivas teóricas, os trabalhos apresentados indicam novas possibilidades de estudo de fenômenos emergentes: as ações coletivas baseadas em redes sociais como espaço de efetivos movimentos sociais, ou as novas configurações dos movimentos a partir do usos das redes e das novas tecnologias; os novos movimentos de rua e de massas da direita e da ultradireita; as complexas relações entre Estado e sociedade civil e entre seus atores e instituições; a nova onda de governos de esquerda na América Latina que permite uma nova série de vínculos em nível transnacional; os novos desafios que se apresentam com a aparição continuada de reações de ultradireita como resposta a uma crise econômica e social que governos de caráter progressista não conseguiram superar.

Abrindo esta nova década (2023...) que se inicia com a derrota nas urnas do projeto autoritário por uma ampla frente política em torno de certos consensos liberal-democráticos, desenvolvimentistas, participativos e de defesa de direitos, os textos apresentados neste dossiê relativamente pequeno tratam, com suficiente abrangência, um conjunto de temas de grande relevância tanto para a compreensão dos 40 anos que nos antecederam quanto para a reflexão sobre os movimentos vindouros.

O conjunto dessa história dos movimentos, das modalidades de participação e de suas interpretações e reinterpretações estabelece campo fértil para a reflexão teórico-política nesta época que se abre. Ela se desenvolve sob a marca de uma reconfiguração da ordem internacional com efeitos intensos sobre as realidades nacionais, os quais já estamos vivendo. À revelia daqueles que pensavam poder pará-la para seu conforto, a História segue ativa e os movimentos, apesar das crises recorrentes, das ondas de estancamento e de retrocessos, continuam e continuarão, seguramente, a nos surpreender.

Referências

- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A.; PANFICHI, A. (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 323-354, 2009.
- LOPES, J. S. L.; HEREDIA, B. (org.). **Movimentos sociais e esfera pública:** o mundo da participação – burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Recebido em 07/12/2023

Aceito em 07/12/2023

Publicado em: 12/09/2024